

**HABEAS CORPUS Nº 502.365 - MG (2019/0094754-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**IMPETRANTE** : ROMULO RODRIGUES ALBUQUERQUE  
**ADVOGADO** : ROMULO RODRIGUES ALBUQUERQUE - MG136872  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : JOAO BATISTA NUNES LOPES (PRESO)  
**PACIENTE** : JONAS NUNES LOPES (PRESO)  
**PACIENTE** : JANDERSON NUNES LOPES (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de pedido liminar deduzido em sede de **habeas corpus**, impetrado em favor de JOAO BATISTA NUNES LOPES, JONAS NUNES LOPES e JANDERSON NUNES LOPE, contra v. acórdão prolatado pelo eg. **Tribunal de Justiça de Minas Gerais**.

Depreende-se dos autos que os ora pacientes tiveram suas prisões em flagrante convertidas em preventivas e posteriormente foram pronunciados, todos pela suposta prática dos delitos de homicídio qualificado consumado e homicídio qualificado tentado, sendo que JANDERSON teria, ainda, praticado o delito tipificado no art. 15 da Lei n. 10.826/03 (disparo de arma de fogo) e JOÃO E JONAS o delito previsto no art. 211 do Código Penal (ocultação de cadáver), sendo negado-lhes o direito de recorrer em liberdade.

Postula o impetrante, no presente **writ**, em linhas gerais, o relaxamento das prisões preventivas, em razão do **excesso de prazo para o julgamento do recurso em sentido estrito** interposto pela defesa dos ora pacientes contra a decisão de pronúncia.

Pleiteia, alternativamente, a revogação das prisões preventivas em razão da alegada ausência de fundamentação idônea para manutenção das segregações cautelares dos pacientes.

É o breve relatório.

**Decido.**

Quanto à alegação de ausência de fundamentação decreto

prisional, tenho que, **ao menos nessa cognição in limine**, tal insurgência já foi objeto de análise por esta Corte Superior, por ocasião do julgamento do HC 419.887/MG, não podendo o presente **habeas corpus** ser conhecido no ponto.

No que concerne ao alegado excesso de prazo para julgamento do recurso interposto pela defesa, cumpre consignar, na linha dos precedentes desta Corte, que o prazo para a conclusão do feito não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais. Nesse sentido, o seguinte precedente:

*"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA DELITUOSA. MODUS OPERANDI. PERICULOSIDADE SOCIAL DO AGENTE. REITERAÇÃO DELITIVA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. EXCESSO DE PRAZO. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. RECURSO IMPROVIDO.*

*1. Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.*

*[...]*

*4. O excesso de prazo não pode ser estimado de modo meramente aritmético, devendo ser considerado em razão das peculiaridades de cada caso.*

*5. Para ser considerado injustificado o excesso na custódia cautelar, deve a demora ser de responsabilidade da acusação ou do Poder Judiciário, situação em que o constrangimento ilegal pode ensejar o relaxamento da segregação antecipada.*

*6. Não se verifica, no caso dos autos, ilegal mora processual atribuível ao Poder Judiciário ou aos órgãos encarregados da persecução penal, uma vez que o feito tramita de maneira regular e conforme a sua complexidade.*

*7. Recurso ordinário em habeas corpus*

*desprovido.*" (RHC 82.728/PI, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas** DJe de 01/08/2017, grifei).

Ante o exposto, **indefiro o pedido liminar**.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas ao eg. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, notadamente quanto ao **andamento processual do recurso em sentido estrito** interposto pelos ora pacientes.

Após, vista à d. Procuradoria-Geral da República.

P. e I.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro Felix Fischer  
Relator

